

OS DESVENTURADOS DA ENCOSTA: EXPRESSÕES DE ABANDONO E SOLIDARIEDADE NO BAIRRO DO COMÉRCIO DA CIDADE DE SALVADOR – BA

Tânia Cordeiro*
Patrícia Smith**

Resumo: *A partir da observação de aspectos do cotidiano de alguns dos moradores das ruas do Julião e Pilar é desenvolvida uma análise sobre determinadas representações que estes habitantes têm sobre o seu estar naquele espaço, suas formas de compreender as condições de vida, dotadas de regras próprias, difíceis de serem presumidas por critérios prévios e genéricos. Pela análise do discurso desses cidadãos é possível identificar a frequência de conflitos entre aquele espaço específico e sua inserção na cidade de Salvador, bem como a geração de normas e comportamentos de uso interno. Evidenciam-se formas sutis de exclusão, combinadas com expressões de solidariedade e de abandono.*

Palavras-chave: Intervenção urbana; Espaço físico e social; Abandono e solidariedade.

INTRODUÇÃO

Pretendia-se encontrar um destino, ter acesso aos que dele se apropriam: conhecer expressões do cotidiano vivenciado em um dos bairros tradicionais da nossa cidade. Esta curiosidade havia sido alimentada pelas discussões com membros do grupo de pesquisa “Cultura, cidade e democracia: representações e movimentos sociais”, liderado pelo professor Gey Espinheira, e abrigado pelo Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia, que desenvolvia o projeto de pesquisa intitulado “Identidade de Salvador: signos e vida cotidiana da Cidade Baixa”. De outra parte, aquele era agora o campo para o desenvolvimento da dissertação de mestrado de uma das autoras deste artigo.

Os marcos de referência que indicavam o lugar físico já haviam sido previamente mapeados. Sabia-se também um pouco da história passada daquele lugar: foi recinto de antigas moradias de comerciantes abastados, abandonadas posteriormente quando dos primeiros movimentos de “crescimento espacial da cidade, e um início de separação das classes e de usos” (VASCONCELOS, 2002, p. 422). A Salvador rica crescia em sua parte alta, rumo ao sul, no cume da falha geológica que a divide em duas, em direção à orla atlântica. A rua do Pilar e as ladeiras do Julião e do Tabuão, pertencentes à parte central daquela encosta, foram então tomadas como lugar de moradia proletária, conjugada com pequenos estabelecimentos comerciais (SANTOS, 1959). Uma daquelas localidades - o Julião - em certo momento, também fora considerada sítio desprestigiado de meretrício ostensivo, em comparação a outros locais, tais como a Ladeira da Montanha, Gameleira e Ladeira da Conceição - demais vias de acesso entre a cidade alta e a cidade baixa (ESPINHEIRA, 1971). Mas o que o tempo presente reservava àquele lugar e aos seus moradores? Eis o que se buscava conhecer.

O que se originou desta busca, à primeira vista, poderia ser uma descrição chamada de suficiente, ou seja, um relato ao qual nada se tem a acrescentar, uma fala sobre um passeio cujo percurso não é habitual ao passante/narrador. Entretanto, demorando-se um pouco sobre aquele

* Tânia Regina Fernandes Cordeiro é Mestre em Comunicação Social pela Universidade de Brasília-UnB e professora do Departamento de Ciências Humanas/Universidade do Estado da Bahia. E-mail: cordeiro@lognet.com.br. Co-autora.

** Patrícia Carla Smith Galvão é graduada em Comunicação Social, Especialista em Gestão Pública Governamental pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB e mestranda em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador-UCSAL. E-mail: pagusmith2006@yahoo.com.br. Co-autora.

modo de passar, é possível encontrar alguns elementos que o caracterizam como forma não convencional de procurar e chegar a um destino urbano. Pela narração, a procura do lugar ultrapassa o modo padronizado de proceder. Em um ponto já próximo do local buscado o visitante está perdido e já não pode mais usar os seus mecanismos habituais de orientação para localizar-se. Recorre a um morador que se encontra na rua. Aí ele é duplamente situado quanto ao espaço, pois, também, “quase automaticamente”, a partir do que lhe é informado, evidencia-se a sua tradução em termos de *espaço social*.

A estrutura do espaço social se manifesta, assim, nos contextos mais diversos sob a forma de oposições espaciais, [...] funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada *pelo efeito da naturalização* que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta. (BOURDIEU e outros, 1997, p.160).

O informante sabe que a rua é mesmo aquela - “*mas vocês não devem descer por aí não, pois há uns meninos traquinados que estranham gente de fora*” – e ao indicar o cuidado que se deve ter ao transitar naquele ambiente, colocando-se como um mediador, afirma a condição daquele lugar (e também de quem o habita), ao tempo em que oferece, contraditoriamente, elementos para outras interpretações. Num primeiro momento, a condição de conhecedor e de quem se apropria daquele espaço é comparável à do indivíduo que sabe, com certeza, que às 18 horas deve-se evitar dirigir pelas vias que dão acesso à estação rodoviária, em função dos engarrafamentos. Trata-se de um conhecimento relevante, gerado pela vivência cotidiana, que não se evidencia nas indicações formais relativas aos espaços, não podendo, contudo, ser tomado como uma noção definitiva. Assim, a presença daquele informante a advertir o narrador funciona também como um marco a indicar a complexidade daquele espaço e as variadas formas possíveis dele ser analisado.

Para apreender aquela realidade (e se fazer um juízo), o olhar incisivo não basta e talvez seja preciso uma compreensão, ou mesmo uma imaginação, sobre suas lógicas, partindo de uma identificação pretensiosa (mas não ingênua!), com aquele lugar e com as pessoas que ali habitam. Propõe-se, então, neste texto, um mecanismo de apresentação daquele espaço caracterizado pelos elementos encontrados nos discursos de alguns de seus moradores: aspira-se criar oportunidades para se evidenciar uma causa a partir da exposição das necessidades que a fundamentam, relacionando os elementos que surgem nessa apresentação com contextos/lógicas externas que têm ali suas influências, mas que se originam em esferas muito mais amplas.

Certamente não se objetiva construir, por meio deste texto/leitura, uma generalização sobre aquele local. Sabe-se do caráter parcial de toda apreciação, sendo necessários, para o seu conhecimento aprofundado, além de estudos complementares, a contribuição de outras análises/ópticas, compatíveis e comprometidas com a especialidade daquele lugar. É por isto que este artigo pretende ser, modestamente - somado a tantos outros - um convite que venha a despertar o interesse de se olhar com zelo e atenção para os recintos da nossa cidade que melhor representam os *espaços sociais do abandono* e que por tal motivo são também os que mais requerem a nossa compreensão.

DESENVOLVIMENTO DO TEMA DO TRABALHO

Para a visita ao Julião e Pilar, no dia 14 de fevereiro de 2006, encontramos-nos na Praça da Sé. Descemos rumo ao Largo do Pelourinho e ganhamos a ladeira do Tabuão, por onde pretendíamos chegar ao nosso destino, localizado no entremeio das partes alta e baixa da cidade. O comércio por aquela rua, especialmente em seu princípio, embora segmentado (e com a

prioridade de casas onde se vende espumas, colchões, telas e tecidos), parece manter-se ativo, com várias casas cheias de mercadorias e intenso movimento de clientes. As roupas e cortinas penduradas nas janelas dos andares mais elevados dos prédios que abrigavam em seus térreos todas aquelas lojas demonstravam que há também ali residências e atividades ligadas à habitação, além da atividade comercial.

Mais adiante, já bem próximo de se chegar ao bairro do Comércio, no pé daquela grande encosta, começa a haver certa variação: surgem prédios em ruínas, escorados por tábuas de madeira ou estruturas de ferro e vários outros que parecem abandonados; entre estes, ocorre o predomínio de pequenas lojas a ofertar principalmente o serviço dos sapateiros e borracheiros, dividindo os espaços com pequenas vendas (bares, mercadinhos) e também com habitações. O fluxo de pessoas continuava intenso, menos em uma de suas transversais onde, descendo à direita, havia um grande terreno baldio. Pelas análises e observações nos mapas suspeitamos que aquela poderia ser a rua procurada, que nos levaria a encontrar os nossos desafortunados, mas que, pelas aparências do lugar, também poderia nos colocar numa situação de insegurança. Resolvemos perguntar a um senhor que estava sentado na esquina aonde aquela transversal iria dar e se era aquela a rua do Julião. A resposta fora previsível:

- “É sim, mas vocês não devem descer por aí não, pois há uns meninos traquinos que estranham gente de fora”.

Entendemos perfeitamente e repetimos ao nosso modo: “Gente daí não tem problema, mas gente de fora eles não gostam... né?”. O senhor assentiu e nós desistimos de tomar aquele caminho. Resolvemos continuar descendo a ladeira por onde as ruínas se adensavam e também por onde findavam as atividades comerciais mais intensas. Já chegando ao Comércio, atrás das suas ruas com maior fluxo e movimento, entre o plano inclinado Gonçalves e o Plano do Pilar, há um sítio aparentemente esquecido, habitado por várias pessoas (crianças, mulheres, homens e jovens) que perambulam por aquele lugar ou sentam-se em suas calçadas, entre o lixo espalhado nas ruas de barro ou de calçamento antigo e onde escorre esgoto a céu aberto. Há também ali equipamentos abandonados – a exemplo do elevador do tabuão – que dão conta de demonstrar que já houve dia que naquele recinto chegou a inovação, e que esta se perde com facilidade quando do deslocamento de interesses e perspectivas em relação *ao lugar do que é novo*, numa indicação de que aquele espaço agora é *outro* e que há tempos não mais está reservado para as novidades.

Já havíamos estado naquela localidade anteriormente, na visita do dia 25 de novembro de 2005. Conforme as informações de Maria – líder da Associação de Moradores de Santa Luzia do Pilar -, que nos acompanhou por aquelas ruas, não há previsão de quando as ações governamentais serão direcionadas para aquela área. Segundo nos fora dito, as unidades habitacionais (cortiços instalados nos antigos prédios já com riscos de desabamento, casebres improvisados de madeira ou algumas casas fruto da auto-construção) que abrigam mais de cem famílias naquela região fazem parte da segunda etapa do projeto a ser realizado posteriormente pela CONDER¹, sendo que para este segundo momento ainda não há perspectivas nem em relação ao período nem a um local onde se possa (re)abrigar aquela população.

¹ Segundo informações do site <http://www.conder.ba.gov.br/webnews/news/noticia.asp?NewsID=280>, acessado em 15 de março de 2006, o *Projeto de Urbanização e Revitalização da encosta do Centro Histórico de Salvador* está sendo executado, de forma conjunta, pelo governo do estado da Bahia/Conder, pela Prefeitura Municipal do Salvador, pela Caixa Econômica Federal, em parceria com o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural - IPAC, com Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, com a Universidade Federal da Bahia, com ONGs e entidades da sociedade civil organizada. Trata-se de um projeto cujo foco está na “habitação de interesse social”, contemplando cinco poligonais que se estendem do bairro da Lapinha até a Avenida Contorno. A terceira poligonal – a primeira a sofrer intervenções - compreende o Pilar, o Julião e parte da ladeira do Tabuão. O plano de requalificação urbana do Pilar-Julião, parte daquele projeto maior, está sendo executado em duas etapas. Seus aspectos habitacionais estão sendo tratados dentro do Programa Habitacional Viver Melhor II, levado adiante, já em sua nova versão, pelo governo do Estado da Bahia.

Quando chegamos ao Julião a primeira coisa que avistamos foram quatro crianças retirando lixo de dentro de um *contender* e brincando com as peças que lhes podiam inspirar a imaginação. Algumas catavam papéis e os jogavam para cima fazendo-os flutuar e se divertiam com aqueles movimentos. Perguntamos a um deles, que se encontrava um pouco mais afastado do grupo, o que estava fazendo e ele nos disse sorrindo que estava a fazer contas, mostrando uma calculadora antiga e quebrada que trazia nas mãos num múltiplo “fazer de conta” que revela o não pertencimento ao mundo da infância planejada - “onde se compra o lazer em um parque temático” (RENNÓ, 2006, p. 24) - e ao mesmo tempo a liberdade de pertencer, através da imaginação, àquele mundo pueril. Também é possível supor um fazer de conta ao conferir à máquina danificada o lugar de brinquedo, evocando um universo adulto especializado que por sua vez não corresponde às suas demandas habituais. Um outro aspecto dessa fantasia, que ainda é possível de ser mencionado, diz respeito à provável ilusão de pertencer, por meio daquela brincadeira, a um *tempo de criança* privilegiado, destinado ao prazer dos mais bem posicionados economicamente.

Perguntados se moravam por ali, uma das garotas logo apontou uma pequena casa, localizada pouco adiante. Aproveitou para chamar a mãe, uma jovem mulher que trazia nos braços um bebê de colo e que veio até nós com uma pronta disposição. A impressão que dava era a de que ela havia verificado num olhar rápido a possibilidade de obter qualquer tipo de ajuda e, praticamente, uma das primeiras frases que emitiu foi a de que era mãe daquelas crianças e que todas estavam com fome, inclusive o bebê, que se encontrava com febre pela falta de leite e da farinha para fazer o seu mingau.

Liberada do peso de não ter sido ela quem provocara aquela situação (pois nós é que fomos ao seu encontro, ao seu lugar), sentiu-se à vontade para expor suas necessidades e disse também, com olhar insinuante, que não gostava de estar naquela condição, que morava na casa de um amigo, e que se pudesse achar alguém com possibilidades de criar o seu filho, ela o doaria. Relatou que possui um outro filho mais velho que se encontra com familiares do seu ex-marido, o qual havia pensado em dar logo após o seu nascimento, recebendo inclusive várias propostas de pessoas mais abastadas. Para aquela mulher, segundo suas palavras, seria mais fácil dispor para a doação aquelas duas crianças - meninos, de pele e olhos claros - comparando-as com suas demais filhas, demonstrando certo conhecimento sobre os critérios subjetivos que acabam sendo determinantes na “escolha” de crianças a serem adotadas, mesmo que as normas legais que regulam tais questões condenem qualquer tipo de distinção. Convém recordar que este posicionamento da mãe pode ainda ser lido como uma indicação sobre a existência de requisitos que, uma vez preenchidos, tornam mais fácil a integração da criança/indivíduo à sociedade, ou seja, critérios não-oficializados para um reconhecimento/status mais garantido. E foi dessa maneira que conhecemos Tereza².

Posteriormente descobrimos que o amigo que ela havia se referido era o senhor Luís, com o qual já tínhamos feito contato na visita anterior. Naquela outra ocasião, enquanto passávamos com a Sra. Maria e esta nos apresentava a comunidade, o avistamos catando e separando lixo, próximo a um outro senhor e senhora. Travamos um diálogo sobre alguns cachorrinhos que ele dizia criar e que, ao contrário de algumas pessoas, os animais podiam ser bem mais confiáveis. Naquele momento, ficou a idéia de que ele se referia a Sra. Maria, sentimento este agravado pela maneira que ela passou por aquelas pessoas, praticamente dando a desconhecê-las, adiantando o passo, ao contrário do que fazia quando, ao andar pela rua, deparava-se com alguém conhecido e que vinha prestigiá-la. Num outro momento, seu Luís disse desconhecer o projeto de revitalização do Comércio e também o Projeto de Urbanização e Revitalização da encosta, assim como o Programa Viver Melhor II que está para ser executado naquela mesma rua, a alguns metros mais adiante, no Pilar.

² Os nomes dos moradores cujas falas estão aqui sendo mencionadas foram alterados, como uma maneira de manter sua privacidade e segurança, expostas por meio dos seus depoimentos.

Ficamos por algum tempo na porta da casa conversando com Tereza e seu Luís. Ele nos disse que embora estivesse naquela casa também não era o dono da habitação. Sobre o trabalho, contou-nos que já havia sido policial (inclusive nos ofereceu segurança quando fossemos andar por aquelas ruas com algum equipamento mais caro e ‘chamativo’, necessário à realização da pesquisa) e que mais ultimamente desistiu de ser catador de lixo, pois havia sempre o risco de pegar doenças e também porque era uma atividade que exigia grande esforço físico, com o qual ele não mais podia contar após um derrame, aos 27 anos de idade, que o deixou com a seqüela de sentir dores permanentes em seus ombro e joelho esquerdos. Agora ele tem 34 anos, embora a sua aparência lhe dê algum acréscimo nesse sentido.

Seu Luís e Tereza, durante a conversa, referiam-se um ao outro, narrando fatos das suas vidas. Em relação à Tereza e aos seus filhos, ele nos disse que os estava ajudando, embora não fossem pessoas da sua família... Segundo nos informou, a acolheu porque o marido dela a havia deixado sozinha com todas as crianças, inclusive levado tudo de dentro da casa que fora conseguida através do programa Viver Melhor, na avenida Ogunjá. Ela retrucava, dizendo que não tinha certeza se tinha sido ele a pessoa que tudo havia levado. Mostrava-se preocupada com os filhos e pedia a Luís que ele fosse cozinhar o arroz para dar às crianças; também lhe entregou uma fralda suja do bebê para que ele segurasse e este, em certo momento, também carregou, com jeito, o pequeno menino em seus braços. Luís mostrava-se atencioso com todos, falando que era ele quem cozinava, contando de receitas elaboradas com “certos toques” que faziam diferença: arroz cozido com água de coco ou com cerveja, refogado com pequenos pedaços de toucinho, para dar mais sabor...

De qualquer modo, estava evidente a intimidade entre eles, mesmo que não pudéssemos afirmar qual o tipo de relacionamento os unia. Talvez fossem apenas bons conhecidos, unidos por laço de vizinhança, a expressar uma proximidade possível e mesmo necessária em ambientes cuja escassez de recursos econômico-estruturais é predominante. A este respeito o escritor Aldous Huxley teceu menções em seu antigo romance denominado *Contraponto*, escrito em 1928, durante o diálogo de Walter e Illidge:

- Os ricos simplesmente não têm vizinhos.
- Mas que diabo! Eles não são anacoretas.
- Mas não têm vizinhos no mesmo sentido em que os pobres têm. Quando minha mãe se via obrigada a sair, era a Sra. Cradock, a vizinha da direita, que ficava olhando por nós. E minha mãe fazia o mesmo para a Sra. Cradock quando chegava a vez desta sair. E quando alguém quebrava uma perna, ou perdia o emprego, a gente o ajudava com dinheiro e comida. [...]. Quando a gente vive com menos de 4 libras por semana, há uma necessidade atroz de se portar como cristão, de amar o próximo. Para principiar, você não pode fugir dele: o próximo, por assim dizer, mora-lhe no quintal. Ignorar a sua presença numa maneira refinadamente filosófica? Não é possível. É necessário odiar ou amar; não há meio termo; e, em suma, é preferível você procurar amar o vizinho, porque pode precisar do auxílio dele assim como ele pode precisar do seu – e isso de uma maneira tão urgente e tão repetida que não há lugar para recusas. [...]

Walter fez um sinal de aprovação.

- Evidentemente.
 - Mas vocês, os ricos – continuou Illidge -, não têm vizinhos verdadeiros. Nunca praticam um ato de boa vizinhança e nunca pedem aos vizinhos que lhe façam uma gentileza como retribuição. É desnecessário. Vocês pagam pessoas para atenderem às suas necessidades. [...]. Não, em geral vocês nem mesmo chegam a ter consciência da existência dos vizinhos. Vivem longe deles. Cada um fica isolado na sua casa secreta. Pode haver tragédias atrás dos postigos; mas os vizinhos do lado não ficam sabendo de nada. (...).
- [entretanto] Numa rua pobre a desgraça não pode ser escondida. A vida é demasiada pública. (HUXLEY, 1971, p. 60).

Ao lado das poucas possibilidades de esconder-se, há uma visível necessidade de mostrar-se, sendo que esta se faz evidente em diversas manifestações. Em mais um desses momentos, Tereza entrou na casa e pegou um pequeno álbum de fotografias. Apresentou-nos a imagem do seu filho mais velho e uma foto dela antes do seu casamento. Fez menção ao fato de que há alguns anos atrás não tinha barriga saliente nem seios grandes, mostrando com pesar um pouco da sua vaidade de mulher que pensa perder a juventude e beleza em troca de gerar seus filhos. Por fim, antes de nos despedirmos, nos pediu que a ajudasse a tirar uma foto do seu mais novo bebê, ainda sem tal privilégio. Saímos da incursão pensando sobre como pode ser desconhecido e não familiar o mundo do outro mesmo estando ali tão próximo, ao pé da encosta, dividindo conosco os espaços da nossa cidade.

Tomando enquanto ponto de partida o relato daquela visita é possível tecer algumas notas. Primeiramente observa-se que uma das representações comuns em relação a essa forma de espaço urbano está ancorada na idéia de dificuldade, de carência que acaba por cunhar a noção de *espaços difíceis* como modo de se traduzir aquela ambiência. Reagindo contrariamente a essa concepção, Bourdieu (1997, p.11) sugere um desafio: “mostrar que os lugares ditos ‘difíceis’ (como hoje o conjunto habitacional ou a escola), são, primeiramente, *difíceis de descrever e de pensar* e que é preciso substituir as imagens simplistas e unilaterais (aquelas que a imprensa sobretudo veicula), por uma representação complexa e múltipla, fundada na expressão das mesmas realidades em discursos diferentes, às vezes inconciliáveis”.

Aquele é um exemplo de lugar que, do ponto de vista físico, se encontra devidamente integrado à cidade; é parte da região central da mesma. Diferentemente das áreas periféricas onde se multiplica a autoconstrução, aquela área - tomando como referência as características da maioria de suas edificações -, pelo próprio delineamento urbano que a compõe, não nasce pela mão dos excluídos. Dela é possível falar de um processo de degradação física intimamente associada a uma substituição de seus moradores que anteriormente gozavam de uma inserção social privilegiada, e, atualmente, podem ser facilmente caracterizados pelos sinais de exclusão que produzem abundantes imagens de marginalização.

É possível dizer, sem que isso seja apenas um jogo de palavras, *que o mesmo lugar não é o mesmo lugar*. E nos apropriando de algumas idéias de Renato Janine Ribeiro é plausível afirmar que aquele espaço era anteriormente parte da sociedade e hoje integra o social. De acordo com esse autor, nos “últimos anos, no discurso dos governantes ou no dos economistas, ‘a sociedade’ veio a designar o conjunto dos que detêm o poder econômico, ao passo que o ‘social’ remete, na fala dos mesmos governantes ou dos publicistas, uma política que procura minorar a miséria” (RIBEIRO, 2002, p.19). Ainda segundo este autor “o social e a sociedade não se referem aos mesmos meios sociais, às mesmas pessoas, à mesma integração que tenham no processo produtivo, no acesso aos bens, ao mercado, ao mundo dos direitos. O social diz respeito ao carente; a sociedade, ao eficiente” (RIBEIRO, 2002, p.21)

As imagens transmitidas ao longo do percurso permitem indicar de modo consistente que o lugar visitado pode ser descrito como um espaço onde se esconde ou se revela o social. As crianças que brincam com objetos extraídos do lixo, por exemplo, não o fazem com o intuito de denunciar a sua condição de carência, ao contrário, elas simplesmente brincam e inventam as suas brincadeiras a partir de insumos que encontram/garimpam em “minas” que aos olhos da sociedade são dejetos. Embora elas se divirtam publicamente com objetos inadequados e até comprometedores de sua saúde, as suas ações passam despercebidas, não se constituindo em algo capaz de gerar uma preocupação por parte dos passantes habituais. Provavelmente, se aqueles mesmos atos fossem desempenhados por crianças que integram a *sociedade*, despertariam inquietação, podendo ser vistos como um escândalo perturbador da tranquilidade.

A invisibilidade persiste na imagem seguinte, quando a mãe de alguns daqueles garotos aproxima-se do visitante e ocupa o papel de carente de modo manifesto. Ela, que provavelmente tem as suas razões encobertas pela indiferença, encontra ali a chance de se colocar, através dos

dramas mais expostos tanto pela sua retórica quanto pela comprovação tátil das crianças que tinham fome e de um bebê que tinha febre ao qual faltavam os ingredientes para se fazer um mingau. Em pouco tempo a jovem mulher dá informações íntimas de sua vida ao visitante que parou para conversar com seus filhos, num procedimento inverso ao que se verifica no âmbito da sociedade onde os indivíduos são mais reservados em relação as suas intimidades, especialmente diante de estranhos.

Ao “apresentar-se”, de modo incontido, na via pública, deixa uma pista que sugere que daquele espaço, em especial, se faz um uso diverso das formas habituais com que a sociedade tem ocupado as ruas, podendo-se insinuar uma questão: o que é feito naquela rua? Talvez a resposta para esta interrogação esteja, em parte, nas rotinas de seus moradores e, de modo complementar, na forma com que a sociedade, sobretudo as instituições públicas respondem a uma questão discretamente diversa: o que se faz por aquela rua?

À margem, naquele trecho da cidade os moradores estabelecem, na prática, um conjunto de regras e normas que dão sentido e mesmo ordem ao viver cotidiano: “Sua vocação para o desenvolvimento de organizações socioculturais fortemente enraizadas na vida local, às quais não faltam elementos de uma ordem jurídica singular, com a existência de autoridades informais, validadas por identidades coletivas territoriais, que também servem de base para a negociação política de acesso a bens públicos da cidade.” (BURGOS, 2005, p.191).

CONCLUSÕES

Visto de um modo panorâmico, as tramas salientes nas falas dos moradores, quando das visitas, alternam-se entre as questões que mais se aproximam do âmbito privado e um assunto que é facilmente destacado como de ordem pública, em razão de se tratar de uma intervenção do governo do estado no que se refere à habitação de parte dos moradores. Percebe-se que a rua, como mencionada anteriormente, é um lugar onde são realizadas confidências, podendo-se daí deduzir que, nesta situação ela é um lugar do morador e é sentido por ele como tal. Ao mesmo tempo, aquele espaço pode ser evidenciado como lugar do poder público quando um ente governamental decide executar ações no seu interior, tal como ocorre atualmente.

Com uma intervenção do estado, o local é “recordado” pela ordem pública enquanto parte da cidade por motivos que não necessariamente se referem a uma escuta das tramas humanas que ali se delinham cotidianamente. Há razões que se filiam aos interesses políticos, a exemplo da necessidade de se construir fachadas urbanas menos agressivas à sociedade afluyente que explora o tecido dos lugares turísticos como quem procura pedacinhos do paraíso encravados nos precipícios ou lugares inimagináveis. E, quem sabe, aquela rua venha a ofertar ao visitante uma imagem de uma pobreza respeitada em sua dignidade - e em sua alegria - com o casario multicolorido.

De todo modo, com a intervenção, a rua vai dar a ver e ao que falar como social tolerável, pois não depõe contra a Cidade/sociedade, contra o Estado/sociedade, contra o País/sociedade. Será obra de governantes e não de seus moradores e servirá de metáfora relativamente à ação política urbana diante de escalas que escapam ao contorno do seu espaço físico e da sua dimensão cotidiana. E isto não é uma observação inútil, pois “Intuímos de imediato no mundo de hoje que o caráter das coisas se afigura distintos quando analisamos nas escalas global, continental, nacional, regional, local ou do lar/pessoal. O que parece relevante ou faz sentido numa dessas escalas não se manifesta automaticamente em outra.” (HARVEY, 2004, p.108).

As duas dimensões sinalizadas anteriormente não são excludentes. Embora tenham lógicas próprias, operam simultaneamente até nos mesmos espaços físicos, podendo-se verificar situações nas quais se encontram de modo articulado. Em muitas das intervenções estatais se dá a busca por construir ações conjuntas, contemplando os esforços do estado, da iniciativa privada e das comunidades (estas últimas, normalmente, representadas pelas suas lideranças).

Geralmente essas proposições estão lastreadas pela idéia de participação que adquiriu, nos discursos dos organismos internacionais, valor estratégico. Desse modo, a participação vem a funcionar, em termos práticos, como requisito indispensável para uma boa apreciação dos projetos. Passa-se a ter como exigência a habilidade na formatação de propostas que contemplem este ingrediente, correndo-se o risco de construir modelos de participação inadequados, insustentáveis, frágeis e simplificadores, porém satisfatórios aos olhos de grandes instituições de financiamento.

Recordando o passeio à rua do Julião, encontramos algumas pessoas da comunidade que desconheciam a proposta governamental para a área. Observa-se que as informações sobre a referida proposta, não obstante quatro anos de aproximação entre os representantes do governo e aquela comunidade, não se tornaram de domínio comum, deixando limitado o próprio sentido da participação. Nem tão explícitos assim são outros aspectos que também podem ser levantados para problematizar a idéia de participação contida nesses empreendimentos: 1) parte-se do pressuposto que os moradores estão habituados aos rituais de discussão coletiva de problemas comuns e tomada de decisão; 2) essa idealização a respeito da condição daqueles habitantes, por sua vez, está respaldada pela certeza de que estes estariam predispostos e que já reúnem condições para a efetiva participação; 3) caso não se confirmem as duas assertivas anteriores, compreende-se que o indivíduo estaria necessitando de informações esclarecedoras que podem ser facilmente internalizadas através de programas de capacitação e congêneres; 4) é possível ainda identificar como exercício democrático, apesar de todas as alternativas de participação ofertadas, o não envolvimento dos indivíduos nas ações propostas. Esta última possibilidade retira do Estado qualquer responsabilidade sobre o não engajamento das pessoas que, a princípio, deveriam mostrar interesse.

O teor de cidadania pressuposto pela iniciativa pública não tem um respaldo manifesto no cotidiano dos habitantes da área observada. Este aspecto adquire maior contundência quando se toma como medida a posição da líder comunitária a respeito da “doação” da água por uma empresa que fabrica vestuário naquela rua. Maria se dirige a uma edificação bem mais robusta que as residenciais, que pode ser descrita, pela sua imagem externa, como um galpão e ali aponta para uma torneira que é lacrada com um cadeado. Afirma que aquela água é de propriedade da fábrica, mas que ela teria feito uma parceria para que os moradores pudessem usufruir daquele bem. Para tanto, foi concedido a ela e a mais alguns moradores a chave do cadeado, recordando-se que não se poderia abusar do benefício.

Como é possível observar, um direito tão incontestável como o acesso à água não integra as práticas dos moradores do local, ao contrário, o seu uso é considerado uma ação de caráter meritório de um empresário do lugar que, além dessa prática de “aproximação com a vizinhança”, introduziu, conforme ainda a liderança comunitária, uma “política de empregos”, dando preferência à mão-de-obra local e “até já contratou quatro jovens com carteira assinada”, corroborando a existência de “uma longa tradição histórica que faz do nível local o espaço privilegiado da caridade, em oposição ao nível nacional que se torna o dos direitos sociais.” (SALAMA; VALIER, 1997, p. 120).

Constata-se que a promoção da cidadania nos espaços observados constitui-se em um desafio complexo, a começar pelo cultivo da idéia de que todos têm direito e não apenas aqueles que integram “a sociedade”. Para tanto se faz necessária a superação de barreiras imperceptivelmente estabelecidas quando da prioridade e regência de políticas públicas. Além disso, será sempre útil ter-se claro o estágio em que se encontram os avanços rumo à democratização social em nosso país, no qual “(...) os grupos mais vulneráveis não têm acesso aos direitos econômicos e sociais como a educação, saúde e moradia. Também não podem exercer plenamente os direitos civis e políticos, o que não somente exigiria a compreensão da dinâmica da sociedade e o acesso às instituições públicas, mas também a confiança nelas.” (ORTIZ, 2004, p.144).

A distância insinuada entre os direitos formalmente conquistados e o seu empoderamento por parte dos estratos sociais mais vulneráveis permite que as práticas de execução de políticas públicas sejam atomizadas, dando-se a impressão de que o poder público distribui de modo descontinuado as suas ações e ao fazê-lo imprime a sua marca em posições politicamente estratégicas no tecido social. Tem-se então, na prática, circunstâncias que não refletem os ideais de participação, cidadania ou mesmo dos direitos humanos contidos nos discursos institucionais. São concepções projetadas para situações ideais que não açambarcam a divisão entre o social e a sociedade: toma-se como certo que a cidadania já se encontra universalizada, sem levar em conta que “a cidadania popular está atravessada pelas contradições inscritas no espaço urbano, (...), forjando um indivíduo que é fruto de uma sociabilidade ambígua, pois o território é, de um lado, fonte de toda a sorte de violência que prospera na exata medida em que faltam os direitos, e, de outro modo, uma dimensão que o evolui e protege (...); [pois] oferece-lhe alguma forma de acesso à comunidade.” (BURGOS, 2005, p.191.)

Concordando com esta assertiva, verifica-se que, ainda no momento atual, as respostas aos investimentos daqueles moradores, à busca incessante de oportunidades ou de reconhecimento, têm vindo normalmente, com mais força e presença, deles mesmos, nas suas expressões cotidianas... Vêm, como fora referido anteriormente, daquele que é seu igual e de quem com ele, e com aquelas circunstâncias, se identifica; daquele que pode precisar (e que certamente recorrerá!) a qualquer momento – numa dependência recíproca - e de modo tão *urgente e repetido*, que, quando solicitado, não se pode dar ao luxo de se negar, ou seja, de se fazer desconhecer... Pessoas estas que mesmo vivenciando circunstâncias tão frágeis: onde uma casa é mais ou menos sua, onde o emprego é incerto, onde o de comer é escasso, conhecendo o verdadeiro sentido da solidariedade, sabem acolher o outro e oferecem ajuda ainda que tenham muito pouco até para si mesmos.

REFERÊNCIAS

BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, Território e Cidadania. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, nº 1, pp. 189 a 222, 2005.

BOURDIEU, Pierre. (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ESPINHEIRA, Carlos G. D’Andrea. **Comunidade do Maciel**. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1971.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HUXLEY, Aldous. **Contraponto**. Tradução de Érico Veríssimo e Leonel Vallandro. Coleção Os Imortais da Literatura Universal, vol. 25, São Paulo: Editora Abril Cultural, outubro de 1971.

ORTIZ, Maria E. Rodrigues. **A pobreza desde uma perspectiva dos direitos humanos**. In: Justiça social: uma questão de direito. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2004.

RENNÓ, Raquel. **Do mármore ao vidro: mercados públicos e supermercados, curva e reta sobre a cidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

RIBEIRO, Renato Janine. **A sociedade contra o social – o alto custo da vida pública no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SALAMA, Pierre e VALIER, Jacques. **Pobrezas e desigualdades no 3º. mundo**. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador**. Bahia: publicações da Universidade da Bahia, 1959.

VASCONCELOS, Pedro de A. **Salvador: transformações e permanências (1549-1999)**. Ilhéus: Editus, 2002.